

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 011

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

PFL.....Plauto Miró Guimarães
PTB.....
PMDB.....Orlando Pessuti
PPB.....Tony Garcia
PT.....Péricles de Holleben Mello
PDT.....
PSDB.....
PL.....Edno Guimarães
PSB.....Ricardo Maia
PSC.....Chico Noroeste

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Milton Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE MARÇO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 012/99

Art. 1º - Acresce ao *caput* do Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná o princípio da economicidade.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Péricles Mello, Nelson Justus, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Ademar Traiano, Edson Strapasson, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Algaci Túlio, Edno Guimarães, Durval Amaral, Edson Praczyk, Edgar Bueno, Miltinho Puppio, Luiz Accorsi, Cleiton Kielse, Cesar Seleme, Élio Rusch, Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O art. 27 da Carta Estadual e 37 da Federal, *caputs*, estatuem princípios que devem reger a Administração Pública direta, indireta e fundamental de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, tais como da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade entre outros que estão implícitos no decorrer dos diversos incisos, alíneas e parágrafos.

Basicamente, esses princípios denotam a preocupação com a coisa pública, com ênfase a uma administração correta, justa e transparente. Todavia, nota-se que para uma melhor ordenação sistemática e racional, se faz necessária a adição de mais um princípio, o da economicidade. Princípio este essencial para um país como o Brasil, com tantos problemas a resolver, com tantas mazelas, com tantos sem teto, com tantos sem comida, com tantos sem emprego, e outros tantos sem, que formam o grande grupo de marginalizados do sistema federativo.

De outro lado, está o sempre, alto índice, de sonegação de impostos, que afeta sobremaneira, a Administração e seus administrados, além de uma economia, na maioria das vezes instável. Enfim, é inadmissível, impatriótico e desumano o desperdício de recursos públicos frente as graves carências sócio-econômicas.

Portanto, é no sentido ético-jurídico, de alcance político-social, que apresentamos esta emenda, visando, sobretudo dentre os princípios norteadores da Administração, o da economicidade.

Desta forma, poderá se evitar que o governo gaste excessivamente, sem prioridades e sem critérios, com produtos, obras e serviços. Posto que, permite repensar e melhor atuar no combate as profundas desigualdades sociais e regionais que estão desatendidas. Desatendimento motivado, principalmente pelo desperdício, pela irracionalidade no gasto do dinheiro público. Há que se ter em conta o real papel do Estado, voltado ao bem comum, e cumprindo os objetivos fundamentais inscritos em nossa vigente Carta Magna republicana no art. 3º.

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Para melhor concretizar este princípio em nosso Estado, oportunamente, via projeto de lei, detalharemos a sua aplicação. Mas, já adiantando, em nome de nossa função parlamentar, e de nosso Estado e de nosso povo, peço o consentimento para sua aprovação, além é claro, desta presente emenda.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo, temos a satisfação de encaminhar à Vossa Excelência as indicações do PDT (Partido Democrático Trabalhista) para as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme entendimentos prévios estabelecidos de acordo com a representação proporcional das respectivas Bancadas e em vista o consenso entre os Parlamentares Pedetistas.

Sendo o que se apresentava para o momento e certos da atenção, aproveitamos o ensejo para externar à Vossa Excelência votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) EDGAR BUENO

Líder do PDT

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÕES DO PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1. Titular: Moysés Leônidas

1. Suplente: Edgar Bueno

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Titular: Edgar Bueno

1. Suplente: Moysés Leônidas

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

1. Titular: Luiz Carlos Zuk

1. Suplente: Moysés Leônidas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1. Titular: Edgar Bueno

1. Suplente: Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1. Titular: Moysés Leônidas

1. Suplente: Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

1. Titular: Edgar Bueno

1. Suplente: Moysés Leônidas

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1. Titular: Edgar Bueno

1. Suplente: Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1. Titular: Moysés Leônidas

1. Suplente: Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE REDAÇÃO

1. Titular: Luiz Carlos Zuk

1. Suplente: Moysés Leônidas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Titular: Edgar Bueno

1. Suplente: Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE TURISMO

1. Titular: Moysés Leônidas

1. Suplente: Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1. Titular: Edgar Bueno

1. Suplente: Moysés Leônidas

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1. Titular: Luiz Carlos Zuk

1. Suplente: Moysés Leônidas

COMISSÃO DO MERCOSUL

1. Titular: Luiz Carlos Zuk

1. Suplente: Moysés Leônidas

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

1. Titular: Edgar Bueno

1. Suplente: Luiz Carlos Zuk

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprindo determinação desta Presidência, encaminho a relação dos Parlamentares da Bancada do PSDB que participarão das Comissões Permanentes desta Casa, a saber:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Titulares:

1. Pastor Edson Prackzyc

2. Serafina Carrilho

Suplentes:

1. Antonio Carlos Baratter

2. José Maria Ferreira

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Titular:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

Suplente:

Antônio Carlos Baratter

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:Titular:

1. Pastor Edson Prackzyc

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:Titular:

1. Pastor Edson Prackzyc

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:Titular:

1. Serafina Carrilho

Suplente:

1. Antônio Carlos Baratter

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:Titular:

1. Serafina Carrilho

Suplente:

1. Pastor Edson Prackzyc

COMISSÃO DE REDAÇÃO:Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. José Maria Ferreira

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE TURISMO:Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:Titular:

1. Pastor Edson Prackzyc

Suplente:

1. José Maria Ferreira

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:Titular:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DO MERCOSUL:Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS:Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. Serafina Carrilho

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é informar a Vossa Excelência, como ficaram distribuídos os Titulares e os Suplentes das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme relação em anexo.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveito o ensejo para renovar-lhe meus votos de estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇATitulares

1. Carlos Simões

2. Algaci Túlio

3. César Silvestri

Suplentes

1. Ademar Luiz Traiano

2. Valdir Rossoni

3. Carlos Alberto Richa

COMISSÃO DE FINANÇASTitular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTESTitular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Luiz Accorsi

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃOTitular

1. Luiz Accorsi

Suplente

Ricardo J. Chab

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICATitular

1. Ricardo J. Chab

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular

1. Cesar Silvestre

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular

1. Cesar Silvestri

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

Titular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE TURISMO

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Carlos Alberto Richa

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Ricardo J. Chab

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular

Ademar Luiz Traiano

Suplente

Cezar Silvestri

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

1. Carlos Alberto Richa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular

1. Carlos Simões

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

1. Ricardo J. Chab

COMISSÃO DE MERCOSUL

Titular

1. Ademar Luiz Traiano

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Titular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ricardo J. Chab

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, temos a satisfação de encaminhar à Vossa Excelência as indicações do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) para as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Paraná, conforme a representação proporcional das Bancadas com assento nesta augusta Casa de Leis.

Sendo o que apresenta para o momento, renovo os meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder do PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

1. Carlos Simões

2. Algaci Túlio

3. Beto Richa

Suplentes

1. Ademar Luiz Traiano

2. Valdir Rossoni

3. Cezar Silvestri

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Luiz Accorsi

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

Ricardo J. Chab

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular

1. Ricardo J. Chab

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular

1. Cesar Silvestre

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular

1. Cesar Silvestri

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano
COMISSÃO DE TURISMO

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Carlos Alberto Richa
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Ricardo J. Chab
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular

1. Ademar Luiz Traiano

Suplente

1. Cezar Silvestri
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

1. Carlos Alberto Richa
COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular

1. Carlos Simões

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano
COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

1. Ricardo J. Chab
COMISSÃO DE MERCOSUL

Titular

1. Ademar Luiz Traiano

Suplente

1. Algaci Túlio
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Titular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ricardo J. Chab

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, temos a satisfação de encaminhar em anexo, relação dos Deputados Estaduais do PMDB, para composição das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, conforme preceitua o artigo 29 do seu Regi-

mento Interno e de acordo com a deliberação da reunião de Bancada, realizada no dia de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Lider do PMDB

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÕES DO PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

1. Nereu Moura
2. Waldyr Pugliesi

Suplentes

1. Edson Strapasson
2. Orlando Pessuti
COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular

1. Orlando Pessuti

Suplente

1. Edson Strapasson
COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular

1. Edson Strapasson

Suplente

1. Nereu Moura
COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular

1. Ademir Bier

Suplente

1. Orlando Pessuti
COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular

1. Edson Strapasson

Suplente

1. Ademir Bier
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular

1. Antônio Annibelli

Suplente

1. Edson Strapasson
COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular

1. Nereu Moura

Suplente

1. Antônio Annibelli
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular

1. Edson Strapasson

Suplente

1. Ademir Bier

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular

1. Ademir Bier

Suplente

1. Orlando Pessuti

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular

1. Antônio Annibelli

Suplente

1. Waldyr Pugliesi

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Titular

1. Antônio Annibelli

Suplente

1. Waldyr Pugliesi

COMISSÃO DE TURISMO

Titular

1. Ademir Bier

1. Antonio Annibelli

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular

1. Orlando Pessuti

Suplente

1. Edson Strapasson

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular

1. Waldyr Pugliesi

Suplente

1. Ademir Bier

COMISSÃO DO MERCOSUL

Titular

1. Nereu Moura

Suplente

1. Ademir Bier

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Titular

1. Waldyr Pugliesi

Suplente

1. Nereu Moura

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho pelo presente passar à Vossa Excelência a relação dos nomes dos Parlamentares do nosso Partido, que farão parte das Comissões Permanentes desta Casa, neste período legislativo:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares:

1. Cesar Seleme

2. Duílio Genari

Suplentes:

1. Tony Garcia

2. Fernando Ribas Carli

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular:

1. Duílio Genari

Suplente:

2. Fernando Ribas Carli

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular:

1. Fernando Ribas Carli

Suplente:

2. Tony Garcia

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular:

1. Divanir Braz Palma

Suplente:

2. Tiago Amorim

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular:

1. Divanir Braz Palma

Suplente:

2. Duílio Genari

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular:

1. Cesar Seleme

Suplente:

2. Tiago Amorim

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular:

1. Divanir Braz Palma

Suplente:

2. Tiago Amorim

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular:

1. Tiago Amorim

Suplente:

2. Fernando Ribas Carli

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular:

1. Fernando Ribas Carli

Suplente:

2. Divanir Braz Palma

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular:

1. Cesar Seleme

Suplente:

2. Duílio Genari

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular:

1. Duílio Genari

Suplente:

2. Cesar Seleme

COMISSÃO DE TURISMO

Titular:

1. Tiago Amorim

Suplente:

2. Cesar Seleme

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**Titular:**

1. Divanir Braz Palma

Suplente:

2. Tiago Amorim

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**Titular:**

1. Duílio Genari

Suplente:

2. Tony Garcia

COMISSÃO DO MERCOSUL**Titular:**

1. Fernando Ribas Carli

Suplente:

2. Cesar Seleme

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**Titular:**

1. Cesar Seleme

Suplente:

2. Tiago Amorim

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) TONY GARCIA

Líder do PPB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Desta forma, indicamos o Deputado Basílio Zanusso, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Desta forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Desta forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de TURISMO.

Desta forma, indicamos o Deputado Elio Rusch para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de FISCALIZAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.

Desta forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de FINANÇAS.

Desta forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de ORÇAMENTO.

Desta forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de TOMADA DE CONTAS.

Desta forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de SEGURANÇA PÚBLICA.

Desta forma, indicamos o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de REDAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de SAÚDE PÚBLICA.

Desta forma, indicamos o Deputado Hidekazu Takayama, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de MERCOSUL.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Desta forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de DIREITOS HUMANOS.

Desta forma, indicamos o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para o cargo de TITULAR e da mesma

forma, indicamos o Deputado Hidekazu Takayama, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Hidekazu Takayama, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Desta forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de SUPLENTE.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) nesta Casa, através de seu Líder abaixo assinado, vem, através do presente, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno (artigos 31 e 32) indicar os representantes da bancada nas respectivas comissões permanentes deste Poder Legislativo, conforme segue:

NOME DA COMISSÃO	DEPUTADO TITULAR	DEPUTADO SUPLENTE
Constituição e Justiça	Hermes Fonseca	Irineu Colombo
Finanças	Péricles Mello	Ângelo Vanhoni
Orçamento	Ângelo Vanhoni	Péricles Mello
Agricultura, Indústria e Comércio	Hermes Fonseca	Irineu Colombo

NOME DA COMISSÃO	DEPUTADO TITULAR	DEPUTADO SUPLENTE
Obras Públicas, Transporte e Com.	Péricles Mello	Hermes Fonseca
Educação, Cultura e Esportes	Irineu Colombo	Péricles Mello
Terras, Imigração e Colonização	Irineu Colombo	Péricles Mello
Segurança Pública	Ângelo Vanhoni	Péricles Mello
Saúde Pública	Ângelo Vanhoni	Hermes Fonseca
Redação	Ângelo Vanhoni	Hermes Fonseca
Turismo	Péricles Mello	Irineu Colombo
Tomada de Contas	Hermes Fonseca	Ângelo Vanhoni
Ecologia e Meio Ambiente	Hermes Fonseca	Irineu Colombo
Fiscalização da Assembléia	Irineu Colombo	Hermes Fonseca
Mercosul	Irineu Colombo	Ângelo Vanhoni
Direitos Humanos e Cidadania	Péricles Mello	Ângelo Vanhoni

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Líder da Bancada do PT

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 055/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Londrina, Rolândia e Cambé - ADEVILORC, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a ADEVILORC - Associação dos Deficientes

Visuais de Londrina, Rolândia e Cambé, com sede e fórum no Município de Londrina-Paraná, o fazemos consciente da necessidade desta entidade a sociedade no auxílio e orientação aos deficientes visuais, por meio principalmente, da educação, da reeducação e do tratamento médico oftalmológico; promoção e trabalho pela integração do deficiente visual na comunidade, e também a habilitação do deficiente visual, preparando-o para freqüentar o ensino comum e para o aprendizado de trabalhos, visando à profissionalização e à colocação do deficiente no mercado de trabalho e à integração em nossa sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 056/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Pólo Eletromecânico e Moveleiro, liderado pelo Município de Medianeira, com o objetivo de implementar, profissionalizar e desenvolver serviços e produtos de mobiliário e eletromecânicos na Região do Extremo Oeste do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará mecanismos para a criação deste pólo através de programas, incentivos e inclusões orçamentárias, necessários à implantação do que trata o artigo anterior.

Parágrafo Único - Os mecanismos de ação de governo deverá estimular a implementação de indústrias de móveis e outros artefatos de madeira, de motores elétricos e máquinas, bem como treinamento de mão-de-obra especializada no ramo.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, visa criar o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no Extremo Oeste do Paraná, liderado pelo Município de Medianeira. Com isso, será possível fomentar o desenvolvimento das potencialidades desse município e de toda a região.

O Pólo Eletromecânico e Moveleiro irá atrair mais indústrias e empresas para o Extremo Oeste do Estado do Paraná, incentivando a produção industrial e a geração de empregos. Além disso, o projeto de lei em questão, vai possibilitar a mudança do perfil industrial da região, com mais indústrias e com o avanço da tecnologia, será possível consolidar o Município de Medianeira e a região como pontos comerciais importantes no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Por tudo isso, solicito o apoio dos Senhores Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 057/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica através da presente, autorizado o Estado do Paraná, através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, a instituir o Programa "Criança na Escola".

§ 1º - O Programa estabelece auxílio às famílias carentes para que mantenham seus filhos e outras crianças sob sua guarda ou proteção na escola, em convênio com as Prefeituras Municipais, COPEL e SANEPAR, na forma que dispõe.

§ 2º - O auxílio referido se dará com o pagamento das tarifas sociais do consumo de Energia Elétrica e de Água.

§ 3º - O custo das tarifas sociais serão divididas em metade para o Estado do Paraná e metade para o município, na forma em que o convênio entre si estabelecer.

Art. 2º - O Programa atenderá as famílias carentes que preencherem os seguintes requisitos:

a) Residir no município no mínimo 3 (três) anos;

b) Tenha uma única residência, cuja área construída seja inferior igual ou inferior à 60m² (sessenta metros quadrados).

c) A renda bruta constituindo na somatória dos rendimentos das pessoas que ali residem, não poderá ser superior a 3 (três) salários mínimos mensais.

d) As crianças menores de 14 anos morando na residência, deverão ser comprovadas a matrícula e frequência à escola.

§ 1º - As informações e documentos acima descritos, deverão ser apresentados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, no setor competente para realização do cadastro, feito pelos técnicos da área, que deverá ser renovado a cada 6 meses.

§ 2º - O requisito constado na letra "d", compreende o cadastramento com documentos que comprovam grau de parentesco, ação social como mãe-social, família-temporária ou outra forma de apoio constado no Estatuto da Criança e Adolescente àqueles em idade escolar e que recebem da família cadastrada apoio, afeto e proteção.

§ 3º - Comprovando-se fraude nas informações ou documentos apresentados, o beneficiário perderá automaticamente os direitos desta lei, fazendo retornar aos cofres públicos os valores despendidos, acrescidos de correção monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês, além das sanções penais cabíveis.

Art. 3º - Além dos requisitos do artigo anterior, para ter direito ao auxílio, o gasto com energia elétrica não poderá ser superior à 160 (cento e sessenta) quilowatts por mês, e o gasto com água não poderá ser superior à 10 m³ (dez metros cúbicos) por mês, sendo vedado qualquer tipo de compensação.

Art. 4º - O pagamento de tais benefícios, observando a listagem dos contemplados com o Programa, será feito com o envio das faturas pela COPEL e SANEPAR, diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, ou equivalente, através de convênio a ser assinado entre as partes.

Parágrafo Único - As faturas que ultrapassarem os limites estabelecidos no Art. 3º, voltarão a ser remetidas para as residências dos cadastrados no Programa, sendo que não haverá pagamento da diferença e nem outro tipo de compensação financeira.

Art. 6º - As despesas com esta lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Art. 7º - O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente lei no prazo máximo de 30 dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, terá seus efeitos após a assinatura dos convênios descritos no art. 4º, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender as famílias mais carentes do município nas suas necessidades básicas como luz e água, conforme dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social, "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizados através de um conjunto integrado de ações e iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas."

Esta idéia partiu de uma experiência bem sucedida do Município de São Miguel do Iguaçu, que mantém várias famílias cadastradas no Programa chamado "Vida Melhor", estimulando a volta das crianças à escola, ajudando as famílias a terem o essencial que é luz e água em casa. A gratuidade deste benefício implica no compromisso de economizar (ou aprender a economizar), portanto com apelo ecológico, já que não poderão ultrapassar os limites estabelecidos pela tarifa social.

Além disso, sabemos que a proteção e amparo às crianças e adolescentes, garantindo o mínimo para sua realização pessoal e profissional está diretamente ligado a sua escolaridade. No momento em que o Estado do Paraná se mobiliza para acabar com a prostituição e o trabalho infantil, temos este instrumento legal para fazer com que as famílias sejam estimuladas economicamente a manterem seus filhos na escola.

Para ter direito aos benefícios da lei, as famílias irão até a Secretária de Ação Social ou equivalente, e se cadastrarão, ou serão encaminhado pelo Conselho Tutelar. Os profissionais de Assistência Social da Secretaria irão até a moradia conferir ou anotar as informações. Ato seguinte é observar os critérios, começando pela matrícula e frequência na escola das crianças, casa de até 60m², morar no município a pelo menos 3 anos, renda total de até 3 salários mínimos, consumo monofásico de energia até 160KW e água até 10m³, não haverá compensação entre um consumo e outro.

Com a assinatura do convênio entre o município, COPEL e SANEPAR, será enviada a lista dos cadastrados a estas empresas que, verificando se o consumo está dentro dos limites da lei, enviará diretamente para a Secretaria a conta d'água e luz. Caso contrário ou houver o descredenciamento da família por não manter os filhos na escola, a conta irá para a casa do consumidor.

O município fazendo o convênio com as empresas de água e energia elétrica, observando os limites de consumo estipulado, se beneficiará das taxas sociais da COPEL e SANEPAR. Até 160KW por mês, a COPEL cobra 0,12 o KW, enquanto o normal é 0,16 o quilowatts.

Até 10 m³ por mês, a SANEPAR cobra 0,72 o m³, acima deste valor é superior a 0,90 o m³.

Com a implementação desta lei teremos com certeza, mais crianças na escola e com um rumo na vida.

PROJETO DE LEI Nº 058/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Associação de Moradores da Linha Sávio, com sede e foro na Cidade de Medianeira - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Linha Sávio com sede e foro no Município de Medianeira - Paraná, fundada em 02 de setembro de 1990, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, e tem por finalidade proporcionar a difusão do civismo, da cultura intelectual e física, da educação comunitária e um melhor entrosamento entre os moradores.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face as características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta matéria.

PROJETO DE LEI Nº 059/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica isento do pagamento da taxa de registro imobiliário, os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação que contraírem empréstimo para aquisição de casa própria, cujo imóvel não ultrapasse a 70 m², bem como os que possuem contratos por instrumento particular sem a devida transferência, e desejam regularizar a situação junto ao Sistema Financeiro de Habitação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa facilitar o processo de aquisição de casa própria, referente aos mutuários que contraem empréstimos junto ao Sistema Financeiro de Habitação.

O Governo Federal, através de Medidas Provisórias, tem oferecido uma série de vantagens visando facilitar a quitação do saldo devedor dos mutuários junto ao Sistema Financeiro de Habitação. Neste conjunto de medidas podem ser contemplados também aqueles mutuários em situação irregular, ou seja, que possuem contratos por instrumento particular, os ditos “contratos de gaveta”, em que não se fez a transferência do mútuo para o novo adquirente, uma situação que não interessa ao Sistema Financeiro de Habitação e tampouco ao contratante irregular.

Assim sendo, a presente proposição se coloca como uma contribuição no processo de aquisição da casa própria, uma vez que as taxas de registro imobiliário representam quantia significativa, que muitas vezes podem inviabilizar o processo de regularização. Por fim, destacamos que esta Casa tem por várias vezes aprovado incentivos e isenções de várias ordens, e a que ora propomos beneficiará as pessoas que efetivamente precisam e merecem.

Com este fundamento solicitamos o apoio dos nobres pares desta Colenda Casa, para que possamos aprovar um instrumento que irá beneficiar inúmeros paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 060/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Considera-se impacto sócio-ambiental aquele que causa rupturas nas condições sócio-econômica e cultural dos afetados, o remanejamento e ainda reassentamento das populações que habitam a área a ser inundada, e ainda a desarticulação das economias locais e regionais, decorrentes da saída de produtores, prestadores de serviços, comerciantes e consumidores para outras regiões, em consequência da instalação de projetos de barragens.

Art. 2º - Define-se impacto sócio-econômico aquele que interfere direta ou indiretamente nas atividades sociais e econômicas, sendo qualquer atividade de produção e consumo, os bens e serviços, no processo de interação do homem com o ambiente, prioritariamente as atividades vinculadas às fontes de recursos naturais.

Parágrafo Único - A interação homem/ambiente compreende também as organizações sociais, espacial e o ordenamento territorial, sendo:

I - os espaços domésticos, áreas de moradia, fontes de recursos naturais e de produção;

II - espaços comunitários, templos religiosos, cemitérios, escolas, equipamentos comunitários, entre outros;

III - as relações de parentesco, vizinhança e de trabalho.

Art. 3º - Compete ao órgão licenciador, o Instituto Ambiental do Paraná, o processo de análise dos Estudos de Impactos Ambientais e respectivo Relatório de Impacto Ambientais e, ainda, o acompanhamento e monitoramento das medidas mitigadoras, compensatórias, do planejamento e execução do reassentamento em conjunto com as comunidades afetadas

Art. 4º - Consideram-se, entre outras, medidas mitigadoras do impacto negativo causado pelo deslocamento da população afetada por barragens, as seguintes ações, devendo constar na Avaliação do Impacto Ambiental:

I - a titulação das posses havidas como legítimas ou regularizáveis na área;

II - a participação da população direta ou indiretamente afetada em todas as etapas de planejamento e execução dos planos, programas e projetos, compreendendo pré-viabilidade, construção, operação e desativação;

III - reassentamentos, parte integral do projeto, expresso em um programa essencial de desenvolvimento sócio-econômico comunitário;

IV - a viabilização de projetos de reassentamento deverá conter a previsão de recursos financeiros específicos aos diversos programas e garantir a disponibilidade destes recursos em escala adequada a partir da etapa do projeto básico, tendo inclusive estoques de terras para a implementação de reassentamentos;

V - os trabalhadores rurais, pequenos produtores, proprietários ou não, meeiros, parceiros, arrendatários, entre outros, que residam comprovadamente na área na época do cadastro sócio-econômico, terão tratamento preferencial e prioritário no processo de reassentamento;

VI - as áreas de reassentamento deverão estar localizadas preferencialmente na mesma região, minimizando o impacto sócio-cultural sobre a população deslocada e as comunidades receptoras;

VII - o projeto de reassentamento deve conter as expectativas de vida e da cultura dos reassentados desde a fase de concepção;

VIII - em caso de indenização deve-se priorizar “terra por terra” em vez de “dinheiro por terra”, incluindo nesse conceito a existência de títulos não legais de posse da terra, considerando-se também a terra nua e as benfeitorias existentes;

IX - garantir a participação dos reassentados e das comunidades receptoras no processo de planejamento e manufaturamento, estendendo-se a elas programas de assistência técnica;

X - compensações financeiras que cubram os custos dos bens perdidos;

XI - assistência técnica gratuita antes, durante e pelo menos cinco anos após o reassentamento, e que os técnicos sejam indicados pela organização dos afetados;

XII - participação direta no aproveitamento dos projetos, como “royalties” e outros;

XIII - manter o lastro de vizinhança e parentesco, ou realizar a distribuição de vizinhança, segundo os interesses da comunidade.

Parágrafo Único - A obra civil da barragem deverá iniciar-se somente após a conclusão do remanejamento completo da população afetada.

Art. 5º - O monitoramento do reassentamento será efetuado pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) em conjunto com os reassentamento e a concessionária e deverá conter o seguinte procedimento:

I - Estabelecer critérios e indicadores, levantar dados, realizar audiência pública, instalar modelo de risco sócio-ambiental;

II - planejamento, definir construção, financiamento, cronograma e detalhes técnicos, integração ao planejamento civil e financeiro da obra, definir supervisão de manejo, seminários técnicos, instalar conselho de reassentamento;

III - decisões sobre o planejamento, reuniões, audiência pública, instalar sistema de alerta social, definir inspetores de reassentamento;

IV - auto controle após dez anos de reassentamento, relatórios anuais do empreendedor, inspeção e supervisão permanente de inspetores de confiança da comunidade;

V - observação permanente e participativa, entrevista formal e não formal, manter um banco de dados;

VI - manter um acompanhamento específico e educativo de reorganização junto as famílias, principalmente as mulheres trabalhadoras;

VII - manter em conjunto com órgãos envolvidos e os reassentamentos, um comitê para avaliar áreas problemáticas, efetivas medidas corretivas e lançar novas propostas para o melhoramento das condições de vida dos reassentados;

VIII - promover um processo de comunicação direta com os reassentados, através de reuniões informativas, entrevistas, relatórios e observações de campo.

Art. 6º - O valor, a forma e os critérios das indenizações e do reassentamento, a compra das terras e a escolha das mesma, o cronograma, operacionalização das atividades pertinentes serão definidas em deliberação de uma câmara técnica multidisciplinar que será responsável pela elaboração da metodologia de trabalho.

Art. 7º - A Câmara técnica terá a seguinte composição:

I - Cinco representantes dos atingidos;

II - dois representantes do IAP;

III - um representante do Ministério Público ligado ao Meio Ambiente;

IV - dois representantes dos Prefeituras afetadas;

V - dois representantes das Câmaras de Vereadores dos Municípios afetados;

VI - três representantes da empresa concessionária de energia, sendo um deles coordenador das atividades do grupo;

VII - um Deputado representante da Assembléia Legislativa do Paraná.

Art. 8º - O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) deverá realizar audiência a Resolução 09/87 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(aa) IRINEU COLOMBO
NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com a colaboração dos atingidos da Usina de Salto Caxias (CRABI) e dos técnicos ligados a Assessoria de Avaliação de Impactos Ambientais do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), apresentamos este instrumento legal de proteção às pessoas impactadas por obras de barragens.

Em nosso Estado, muitos paranaenses foram e estão sendo obrigados a saírem de seu meio natural e de convivência comunitária em benefício da produção de energia para o Brasil. Estes paranaenses não têm escolha, não decidem sobre a construção da usina, não participam dos processos de remoção, causando forte impacto sobre suas vidas e de seus familiares, sem nenhuma outra compensação.

O deslocamento de populações, quando se constrói uma nova usina é traumático, às vezes até trágico, para aqueles que são compulsoriamente deslocados de uma localidade ou meio em que se adaptou e planejou sua vida e de seus familiares.

Estas pessoas ao serem obrigadas a saírem, têm os vínculos de vizinhança, de amizade, de relacionamento com a comunidade local e com os recursos naturais disponíveis interrompidos, causando desolação, revolta contra obra e seus executores. Mas isso ainda é pouco, pois a maior seqüela é o desarranjo de sua atividade econômica, pois em novo local tudo será diferente, e nova adaptação ao meio será demorada e as vezes impossível.

Há o caso do pescador que vivia dos recursos do Rio Iguaçu. Pescava diariamente o suficiente para vender e comprar mantimentos, utensílios e roupas. Morava às margens do rio numa cabana, assim se sentia muito feliz. Veio a obra e ele foi obrigado a se transferir. Ganhou, no reassentamento, dez alqueires de terra, casa e demais benfeitorias agrícolas. Para quem não tinha nada, aos olhos dos outros, ganhou demais, pois não tinha nada em seu "nome". Engano, ele tinha os recursos naturais do rio, se adaptou e dele sobrevivia. Ganhou casa mas prefere a cabana, ganhou terra, mas não sabe trabalhar nela; não pode mais pescar, caiu em profunda depressão, se nega a

tomar banho de chuveiro, não quer mais trabalhar, se nega a viver.

Contudo, temos a experiência dos atingidos da Usina do Salto Caxias, onde o resultado contemplou pelo menos 80 por cento dos atingidos, o impacto sócio-econômico está sendo minimizado externamente. Pois lá foi implantado um Grupo Multidisciplinar, aperfeiçoando metodologia e discussões sobre indenizações e reassentamento. Neste processo participaram os atingidos, os prefeitos, vereadores, o Ministério Público, a COPEL e Deputados Estaduais, foram assessorados por técnicos, resultando num excelente exemplo para o Brasil em termos de mitigação do impacto de obras de barragem. Sobre este exemplo concreto de Caxias é que preparamos o presente projeto de lei, que nasce experimentado.

Para que o povo paranaense não pague com a desagregação familiar e com a desarticulação de sua atividade econômica, conclamamos pela aprovação desta lei, para que possamos cada vez mais produzir energia para o Brasil, com menor impacto sócio-econômico.

PROJETO DE LEI Nº 061/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado e acrescido de parágrafo único, o art. 4º, da Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1.998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O Conselho Gestor será composto por representantes:

I - do Estado;

II - de municípios que integram as áreas de mananciais da Região Metropolitana de Curitiba;

III - da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único - O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo será estabelecido em decreto do Poder Executivo.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.03.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do presente projeto de lei, alterando a Lei nº 12.248, de 31 de julho de 1998, é proporcionar uma melhor condução dos trabalhos do Conselho Gestor do Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Moysés Oliveira.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria antes de iniciar o meu pronunciamento, de desejar, em especial, às jornalistas, às mulheres que trabalham, aqui na Assembléia, pelo “Dia Internacional da Mulher”, e dizer que, o 3º Milênio que vem por aí dará ascensão às mulheres. Ficamos aqui, como homem público do Paraná torcendo, principalmente, por aquelas que são discriminadas, que sofrem no lar, que são espancadas e que lutam no seu dia-a-dia para que também tenham o seu lugar ao sol.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

No final de semana em Londrina, foi realizada, pela Sociedade Rural do Paraná, um seminário denominado de Agronegócio com a presença do vice-Presidente Marco Maciel. Lá tivemos, e quero deixar registrado nesta Casa, o discurso feito pelo Presidente da Sociedade Rural, agrônomo Francisco Gali, que, na presença do Governador Jaime Lerner e do vice-Presidente da República colocou com muita ênfase o descaso, do Governo Federal, para com o Agronegócio. A Sociedade Rural do Paraná tem sido destaque, até pelo envolvimento de estar plantada em um estado de vocação agrícola, que é o caso do Estado do Paraná, e tem muito peso a fala da Associação da Sociedade Rural do Paraná, e agora, literalmente, colocada pelo Sr. Francisco Gali de que a pecuária, a agrotécnica foi a grande coluna de sustentação até agora do Plano Real. Diz o Sr. Francisco Gali que aquele homem que ainda acredita no campo pagou e está padecendo com grande sacrifício, da própria desvalorização do seu patrimônio, diminuindo, inclusive, o valor das suas propriedades para dar a sustentação ao Plano Real. Não é para fazer cobrança, mas quer do Governo Federal um posicionamento de igualdade, de equidade, já que o Governo tomou a seguinte medida, de dar amparo à indústria automobilística para manter os empregos, fazendo uma concessão nos tributos e que este seja o mesmo tratamento para a agroindústria e para quem acredita no campo no Brasil.

Queremos registrar aqui também a nossa preocupação. O Paraná, que está vivendo o seu melhor momento, que está atraindo para cá investimentos para a indústria automobilística, não deve esquecer da sua real vocação que é a agricultura.

Também queremos fazer nossas as palavras do Presidente da Sociedade Rural do Paraná de que: “a cidade não vive sem o campo, mas o campo vive sem a cidade”, e queremos dar todo o apoio para a reforma agrária do Brasil, que o Governo Federal há décadas, há quase século, vem tocando a reforma agrária com a barreira.

Estamos numa região em que a terra é abençoada por Deus. Lá na nossa região, como em todo o Paraná, que se plantando tudo dá, não podemos compactuar, não com Movimento Sem-Terra, mas com movimentos de bandidos, de quadrilheiros, que tomam posse na força das propriedades agrícolas, do nosso Estado e lá mantêm na

base da força com a tolerância do Governo do Estado do Paraná, que não faz cumprir os mandatos de desocupação das áreas que temos na nossa região.

Quero aqui então, Sr. Presidente, apenas para reproduzir o encontro no Seminário da Sociedade Rural do Paraná, com tantas autoridades importantes, não só do Paraná, mas do país inteiro, deixar um apelo ao Governo do Estado do Paraná na pessoa do Governador Jaime Lerner, com quem tivemos a oportunidade, hoje, de conversar, que atenda os mandados judiciais de desocupação de áreas, porque o Governo do Estado do Paraná, volto a dizer, com vocação eminentemente agrícola, não pode ficar à mercê de baderneiros, de quadrilheiros, em detrimento daquele que produz, daquele que ainda acredita no Estado.

Quero apenas deixar consignado este posicionamento, de um representante de pés vermelhos, no Norte do Estado do Paraná, que o norte quer e exige do Governo Lerner, que seja mais firme nas decisões, na aplicação do cumprimento destes mandatos para que o campo possa viver feliz, para que o campo possa produzir e aquele que acreditou e comprou a sua propriedade, possa dormir tranqüilo, porque não é o que está acontecendo hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados, obtive a informação no final da semana passada, não posso revelar a fonte por enquanto, mas é uma informação séria, digna de credibilidade que está se gastando um grande acordo no Estado do Paraná, inclusive com a participação de Deputados da bancada governista, para que ocorra um aumento de 70%, no valor do pedágio das estradas paranaenses, que foram concedidos a consórcios, paranaenses e nacionais.

A informação que tive, inicialmente se pensou, inclusive, em 80 e poucos por cento, houve recuo e a proposição chegará ao valor de 70%, do valor atual do pedágio, ainda mais, com a possibilidade que se atrase o cronograma de obras, por um ano e meio, das obras do contrato inicial.

Se isso realmente vier a acontecer, acho que o povo paranaense tem que começar um processo de resistência organizado a essa ação escorchantes, imoral inclusive, essa palavra tem que ser ressaltada. Acho que a palavra melhor para esse caso é: imoral, do Governo do Estado.

Não é possível que um momento de crise, da natureza que estamos vivendo, hoje vamos votar aqui um veto do Governo do Estado, que pune os aposentados do Paraná.

Sabemos que aposentados do Brasil, estão tendo prejuízos de até 20%, em seus vencimentos, com essa

nova prática. Dinheiro, que com certeza eles usavam para comprar os remédios, para a sua sobrevivência, enquanto os juros aumentam dia-a-dia a dia, esta política suicida do Governo Federal acompanhada, em linhas gerais, pelos Governo do Estado do Paraná.

Não aceitamos em hipótese alguma, que esse ato escorchantes e imoral, contra o povo seja praticado, não aceitaremos a vamos resistir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou ler um texto que foi registrado em cartório, pelos Partidos PT, PMDB, PDT, PC do B e PCB, antes das eleições do ano passado sobre pedágio, que previa com clareza a transparência o que ia acontecer depois das eleições. É evidente que as datas aqui não vão coincidir, mas o espírito do que vai acontecer se for verdadeira a informação que recebi, acredito que é, a partir de alguns dias no nosso Estado.

(Lê):

“Pedágio: Crônica de um Golpe Anunciado

PT - Partido dos Trabalhadores

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

Dia 15.07.98 - Lerner reduz a metade as tarifas do pedágio.

Dia 19.07.98 - As Concessionárias anunciam nos jornais que vão praticar as nova tarifas, mas ressalvam seu direito de tomar medidas judiciais cabíveis. Apontam a unilateralidade do ato de Lerner, invocam o ato jurídico e o direito adquirido.

Dia 04.10.98 - Data do primeiro turno da eleição para Governador.

Dia 25.10.98 - Data do segundo turno da eleição para Governador.

Dia 04.11.98 - Último dia para encerramento dos trabalhos de apuração das eleições pelo TRE.

Dia 12.11.98 - No último dia do prazo legal, as Concessionárias impetram mandato de segurança, alegando o que já haviam dito em seus anúncios de 19.07.98: violação de ato jurídico perfeito, direito adquirido e ato unilateral de Lerner.

Dia 13.11.98 - Diante das brechas jurídicas propositais, resultantes do acordo branco entre Lerner e as Concessionárias, o Judiciário, sem alternativa, concede a liminar.

Dia 14.11.98 - Reinício da cobrança de pedágio pelos extorsivos valores iniciais.

Dia 15.11.98 - Lerner, não eleito, afirma que tentou, mas o Judiciário o impediu de resolver o problema, Lerner, reeleito, declara que decisão judicial não se discute, cumpre-se.

Nos Dias Seguintes - As Concessionárias propõem contra o Estado do Paraná ação de indenização por perdas e danos.

Alguns Tempo Depois - os Paranaenses, além de voltarem a pagar a tarifa pré-golpe eleitoral, indenizam os “prejuízos dos autores do golpe”.

Isto está registrado em cartório, e sem dúvida é a “Crônica de um golpe anunciado”, plageando o grande escritor Colombiano Gabriel Garcia Marques, em “Crônica de uma Morte anunciada”.

Vou procurar agora nos jornais deste período, o Estado do Paraná, 18 de agosto de 1998, página 5.

O Governador Jaime Lerner admitiu ontem pela primeira vez que o Estado poderá assumir a cobrança de pedágio nas rodovias do Anel de Integração se permanecer o impasse com as concessionárias em torno da redução da tarifa. As seis empresas selecionadas para operar o sistema recorreram à justiça contra a diminuição do valor da taxa de pedágio em 50% determinada pelo governo há mais de um mês.

Na avaliação do governo, as concessionárias estão blefando quando se dizem dispostas a rescindir os contratos com o Governo se não conseguirem ganhar na Justiça o direito de restabelecer os valores iniciais. “Desafio as concessionárias a devolverem as estradas para o Governo. Duvidam que façam”.

Por que será, Líder do Governo, que o Governo duvida que as concessionárias devolvam as estradas para o seu governo? Provocou Lerner garantindo que não se intimida com ameaças: “Não vou permitir aumento de tarifas e não vou me deixar impressionar com a ação judicial”, reforçou. Lerner voltou a dizer que a decisão de cortar pela metade o valor das taxas foi correta do ponto de vista legal segundo o Governador, a diminuição foi acompanhada de um corte proporcional aos investimentos e conservação previstos no contrato. De acordo com ele, a implantação do Anel de Integração está na terceira fase em que o Estado participa como mediador das relações entre o usuário e as prestadoras de serviço.

Lerner repetiu que a decisão de rever a tarifa, prestem atenção, Srs. Deputados não foi um ato “eleitor-eiro” ou inconseqüente. Disse ainda que as taxas, repito, as taxas permanecerão as mesmas nos próximos 03 anos”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se for verdade e acredito que seja pelas informações que tive, esse aumento de 70% no valor dos pedágio estamos diante do maior estelionato eleitoral da história do Paraná. Já denunciávamos, além disso, a grande negociata de dimensão nacional, que foi a concessão das rodovias paranaenses por 24 anos. Há um grupo de empreiteiras consorciado, proibindo terminantemente a participação das médias empresas que, se consorciassem entre elas, não teriam a soma dos seus capitais por um edital de licitação.

Denunciamos superfaturamento e voltamos a denunciar e não podemos aceitar que mais esse ato lesivo contra o nosso povo, seja praticado.

Por isso conclamo mais uma vez, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para os Srs. Dep-

utados assinarem a Comissão Parlamentar de Inquérito que estamos propondo sobre a concessão de rodovias no Estado do Paraná. Esse ato é muito importante e assim podemos impedir aplausos ao Governador. Se fizermos essa Comissão, o pedágio não será aumentado ou, se for, será uma porcentagem mínima e as obras necessárias serão, aí sim, executadas. Porque é um “negócio da China mesmo, o atual pedágio para as concessionárias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes.

Não estava disposto a usar a tribuna, hoje, mas fui inspirado pela participação do Deputado Péricles Mello, do PT, e creio, companheiros e imprensa presente, que é importante um posicionamento para que não paire dúvida nenhuma com relação à postura deste Deputado.

Levantamos aqui na Assembléia, no último dia 03, quarta-feira passada, a questão das concessionárias e tivemos a felicidade de lembrar esse problema que está em “status quo” há um ano, mais ou menos, e fomos apartados por muitos Parlamentares preocupados também com o problema, Senhor Presidente, das rodovias que pertencem a esse Anel de Integração.

A minha colocação foi bem clara, bem límpida e objetiva. Pretendemos formar uma Comissão Parlamentar, mas não de inquérito, companheiro Péricles - com todo respeito ao seu ponto de vista - mas vamos formar uma Comissão para que tomemos conhecimento da atual situação das empresas que exploram os pedágios nas rodovias do Paraná. Essa concessão é por 24 anos e apesar de o DER ter um departamento que fiscaliza todo esse movimento de faturamento de despesa, mas não temos conhecimento disso.

Então, hoje, conversando com o nosso Líder Rossoni, Líder do Governo, conversando com o Taborda, Presidente da Casa Civil, concluímos que o primeiro caminho é conversarmos com o Secretário de Transportes para sabermos detalhes de como anda esta situação, porque como disse na 4ª feira passada, e houve desvirtuamento por parte da imprensa, uma boa parte da imprensa falou exatamente o que este Deputado quis dizer, e outra parte da imprensa infelizmente desvirtuou, querendo dar a entender que defendo aumento de pedágio.

Quem tem memória e quem tem integridade moral, sabe que não defendi em momento algum aqui o aumento de pedágio. Não sou homem de concessionária, sou pequeno empresário e vim aqui representar o meu povo da Região Noroeste, com a integridade que tenho, não tenho nenhum interesse que este pedágio aumente, mas tenho interesse sim, que esta concessão que foi dada através de concorrência pública, que o seu

objetivo seja iniciado e o objetivo maior é fazer a duplicação das rodovias que hoje estrangulam os meios de escoamento da nossa safra e da movimentação da nossa gente do interior.

Então, quem estiver interessado em desvirtuar as minhas palavras, por favor, vamos recuar deste pensamento negativo. Não represento ninguém de concessionária e não pedi aumento de pedágio nenhum; peço a volta das obras porque faz mais de um ano que estas empresas estão cobrando pedágio e estão diminuindo o trabalho de conservação. Estavam cortando matas a quatro metros da margem e agora estão reduzindo para um metro e meio, mas a taxa de pedágio continua a mesma. E eu disse - e os senhores lembram disso, nobres Pares e imprensa presente - que se for para manter um trabalho deste, é preferível voltarmos ao tempo do DER, quando não se cobrava nada da sociedade tão penalizada.

Agora, eu disse também e não retiro uma palavra sequer. Isto está na esfera judicial e os senhores sabem quanto tempo vai demorar esta briga? E eu disse: quiçá esta briga interesse às concessionárias pedagiadoras, porque elas estão desobrigadas pela justiça de fazer qualquer obra necessária para melhorar as nossas estradas.

Simplesmente gostaria de pedir que saíamos da esfera judicial e vamos para o campo político discutir esta questão, porque precisamos de rodovias duplicadas, não podemos ficar pagando pedágio a estas estradas que ficam matando caminhoneiros que transportam a safra. A verdade é esta e quem acrescentar alguma coisa está fazendo por conta própria.

Então, sou contra a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas sou favorável que nós, Deputados que somos representantes da vontade do povo, não devemos ficar sentados aguardando que se arraste na Justiça por dez, quinze anos, esta briga que interessa às concessionárias, e as nossas estradas continuem sem a duplicação que é o objetivo da concessão dada a estas empresas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti, pelo PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em meu nome pessoal e em nome dos Deputados do PMDB, queremos, no dia de hoje, nos congratularmos com as mulheres paranaenses e com as mulheres brasileiras e, porque não dizer, de todo o universo.

Hoje, dia 08 de março, é o dia atribuído às mulheres deste mundo. E, sem sombra de dúvida, todos estamos nos acostumando, porque acostumados não estávamos, a verificar a participação importante da mulher em todos os segmentos da nossa vida pessoal e profissional.

Temos a importante participação da mulher dentro da nossa casa quando, sem sombra de dúvida, a figura mais importante é da mulher. Pode até ser atribuído, como foi ao homem a cabeça do casal, ser o homem o esteio da casa como sempre se costumava dizer, mas tenho por experiência própria e vivi isto com muita intensidade quando do falecimento da minha mãe, que a organização da nossa casa foi por água abaixo.

Então, a mulher, acima de tudo, representa a organização do nosso lar, a sustentação e harmonia da nossa família. E na nossa atividade profissional, seja ela de empresários ou profissionais liberais, ou mesmo em nossa atividade política, a mulher vem conquistando importante espaço e demonstrando a cada dia a sua competência, a sua condição de bem gerir os destinos do país.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa pede licença a Vossa Excelência, Deputado Orlando Pessuti, para, com muita honra, anunciar a presença do Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Egito, o Excelentíssimo Senhor Ramzy Ezzeldin Ramzy.

(Está suspensa a sessão)

(Reaberta a sessão)

Com a palavra, no Horário das Lideranças, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui registrada a nossa manifestação de alegria, de contentamento e de estímulo às mulheres do Paraná, às nossas servidoras da Assembléia Legislativa, enfim, a todo este esforço, a este trabalho que cada uma, individual ou coletivamente, desenvolve em favor do nosso povo, em favor da nossa gente.

Senhor Presidente, teremos logo mais a votação da proposição de veto que instituiu no Paraná o fundo de previdência PARANAPREVIDÊNCIA.

Em nome da Bancada do PMDB, no encaminhamento da votação falará o Deputado Antonio Annibelli, mas como Líder da Bancada e estando na tribuna, quero aqui também, em meu nome pessoal, dizer que nós do PMDB não poderemos de forma alguma compactuar com este veto que o Governador Jaime Lerner fez ao projeto PARANAPREVIDÊNCIA porque num primeiro momento ele desrespeita um entendimento estabelecido pela Assembléia Legislativa do Paraná, pelo conjunto dos parlamentares que aqui, num amplo debate, numa ampla negociação, ajustou pela aprovação da emenda do Deputado Antonio Annibelli ao artigo 118 fazendo com que permanecesse o benefício da isenção com referência à contribuição previdenciária aos aposentados com idade superior a setenta anos. Fruto deste entendimento, nós do PMDB e certamente Deputados de outros Partidos e até Deputados do Governo, votaremos contrários a este veto porque ele contraria tudo aquilo que

foi entendido por esta Casa, seja na votação da lei do PARANAPREVIDÊNCIA ou seja na votação anterior do Projeto de Lei do Deputado Antonio Annibelli que, posteriormente promulgado pelo Presidente Deputado Anibal Khury, transformou-se na lei que permitiu a isenção da contribuição previdenciária aos aposentados com mais de setenta anos.

Entendo que este governo, ao longo dos quatro anos que transcorreram, ao longo desses quase já três meses de novo mandato, fez concessões as mais diversas, as mais variadas a diferentes segmentos da sociedade paranaense e até mesmo a segmentos empresariais de fora do país. Negar este benefício aos aposentados com mais de 70 anos é negar àqueles que construíram a história do Paraná um benefício que conquistaram numa luta árdua por muitos anos que foi a lei do Deputado Antonio Annibelli.

Portanto, o Deputado Antonio Annibelli, em nome da nossa Bancada, do PMDB, no momento da votação fará o encaminhamento, mas desde já registro, em meu nome e também dos nossos Deputados, a posição da nossa Bancada em favor dos aposentados com idade superior a 70 anos e contra a postura do Governador Jaime Lerner de tirar este benefício que os nossos companheiros e companheiras conquistaram numa luta árdua junto à sociedade civil organizada, junto aos segmentos do Governo e junto a esta Assembléia, tendo, inclusive, na ocasião recebido a chancela do Presidente Anibal Khury quando promulgou a lei que o Governador não quis sancionar.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário das Lideranças PFL com a palavra.

(**Declina**)

PPB. Com a palavra o Deputado Tiago Amorim.

O SR. TIAGO AMORIM

Sr. Presidente Nelson Justus, Senhores Deputados, para mim é motivo de alegria e satisfação poder usar pela primeira vez esta tribuna na Assembléia Legislativa do Paraná, uma vez que estamos dando os primeiros passos na política, a nível paranaense. Deputado eleito por Cascavel, pela Região Oeste, neste final de semana nos sentimos honrados, e acima de tudo, falando em meu nome, da união da força política do interior do Paraná com Deputados reunidos em uma justa causa, que é a transformação do Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário. Lá tivemos Deputados, companheiros, Ademir Bier, Duílio Genari, Edgar Bueno, também o Baratter, o nosso companheiro Elio Rusch, Nereu Moura, Deputados que estão realmente preocupados com a Região Oeste do Paraná. E a transformação do Hospital, em Hospital Universitário, atenderá milhares de pessoas que hoje sofrem com a real situação de falta de material humano para que possa atender o nosso povo trabalhador do interior do Estado do Paraná.

Queremos aproveitar essa oportunidade e dizer da nossa satisfação em ver a união dos Deputados do Oeste do Paraná, visando acima de tudo o bem-comum da nossa comunidade.

Quero também contar com o apoio de todos os Deputados desta Casa de Leis quando vier o projeto da Casa Civil para esta Assembléia poder contar com o apoio de todos os Deputados para que a nossa Região Oeste do Paraná, e tenho certeza que os Deputados também representam a região Oeste e Sudoeste, nós somos dez Deputados naquela região, vamos nos sentir mais uma vez honrados em poder contar com a ajuda dos companheiros nesta Casa de Leis. Tenho certeza absoluta que isso acontecerá aqui porque nós Deputados estamos simplesmente preocupados com o desenvolvimento e com o bem-estar social da nossa gente, da nossa população que é pujante na região Oeste. Queremos que o hospital regional se transforme em Hospital Universitário para que possa atender a demanda da região; resolver todos os problemas, não será possível, mas tenho certeza absoluta que com a transformação do Hospital Regional em Hospital Universitário vamos resolver grande parte dos problemas sociais da nossa população simples e trabalhadora do oeste do Paraná.

Quero também ressaltar as palavras do nosso companheiro Deputado Divanir Braz Palma de um mal entendido que foi verificado na semana passada onde usávamos a palavra no que diz respeito à questão das rodovias e da cobrança do pedágio, não citamos em momento algum a questão da cobrança do pedágio, citamos sim sobre a questão da rodovia -277, que é o corredor da morte e que continua matando gente nas estradas. A questão do pedágio é uma outra, e quem já acompanhou o nosso trabalho sabe que o nosso Partido, o PPB, teve um posicionamento firme no que diz respeito a essa cobrança do pedágio. Se for existir uma cobrança como está acontecendo, queremos que sejam cobrados valores justos, para que o cidadão que usa as estradas do Paraná possa assim fazê-lo com tranquilidade.

Evidentemente o nosso Partido, PPB, tem um posicionamento e vamos mantê-lo. Como disse bem o Deputado Divanir Braz Palma, temos uma linha séria de conduta e não estamos aqui para fazer gracinha ou qualquer tipo de posicionamento. Quando falarmos do pedágio, vamos falar com pura simplicidade e clareza para que os demais companheiros Deputados, possam saber também do posicionamento dos Deputados Tiago, Divanir e toda a Bancada do PPB, uma bancada séria e determinada, acima de tudo, para com os interesses do Estado do Paraná. Esse é o nosso posicionamento e não vamos mudar a nossa linha de conduta, que sempre foi séria e ilibada a serviço do desenvolvimento do Paraná.

Agradeço a participação de pessoas que estão aqui, da nossa Região Oeste do Paraná, que acompanham o

nosso trabalho e sabem que ele sempre será pautado na simplicidade, transparência e seriedade.

Muito obrigado, meu caro Presidente Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Sobre a mesa, Proposta de emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Técnicas desta Casa, no cargo de Titular e Suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Maria Ferreira, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que participarão das Comissões Permanentes desta Casa, no cargo de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Péricles Mello, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes deste Poder Legislativo, no cargo de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado, Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa, no cargo de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Tony Garcia, na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que participarão das Comissões Permanentes desta Casa, no cargo de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Edgar Bueno, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa, no cargo de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Aedmar Traiano, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa,

no cargo de Titulares e Suplentes. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Aedmar Traiano, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, informando o nome dos Senhores Deputados, na distribuição de Titulares e Suplentes das Comissões desta Casa. **Retirado pelo autor.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo e Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/98, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 442/98, que cria o sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná- IPE e dá outras providências. SEM RELATÓRIO DA C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Ofício:

OF/CTL/SEEG Nº 438/98

Curitiba, 30 de dezembro de 1998.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 426/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 442/98, por julgar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo criar o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transformar o Instituto de Previdência do Estado -IPE, em serviço social autônomo, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e adotar outras providências.

O veto parcial aposto incidiu sobre as disposições do art. 118, que não puderam ser acolhidas porque, através de emenda dessa Casa foram acrescentadas de expressões contrárias ao interesse público, as quais, também por inconstitucionalidade, motivaram veto a todo texto do referido artigo, em face do contido no § 2º, do art. 71, da Carta Estadual, determinando que o “veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea”.

Por outro lado, vale lembrar que o veto reside no fato de que eventual isenção de contribuição previdenciária, mesmo que para servidores com mais de 70 anos, implicará em descumprimento do disposto no artigo 40, caput da Constituição Federal, que determina aos regimes próprios de previdência, a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Equilíbrio financeiro e atuarial significa que o valor dos benefícios tem que estar em perfeito equilíbrio com o valor das contribuições.

Se tal não for atendido já no início do sistema criado pela lei, ao longo do tempo haverá uma forte tendência de déficit incontrolável, em se considerando ainda o aumento da longevidade, face a expectativa de vida do brasileiro.

Não fosse a agressão ao texto constitucional, há ainda o descumprimento ao que estabelece a Lei Federal nº 9.717, de 30 de novembro de 1998, a qual em seu artigo primeiro, determina que os regimes de previdência dos Estados devam guardar a observância das normas gerais de atuária para garantia do equilíbrio financeiro e atuarial, impondo, indistintamente a contribuição do Estado, dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

Por fim, a manutenção do artigo impossibilitaria o Estado do Paraná de atingir o limite estabelecido pela União com o comprometimento de sua receita no pagamento de inativos e pensionistas, que é de 12% da receita corrente líquida, conforme determinado pela referida Lei 9.717, em seu artigo segundo, parágrafo primeiro.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração desta Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Sr. Presidente, consta da Ordem do Dia de Hoje, item 01, Discussão Única da Proposição 029/98. Consta da Ordem do Dia de hoje, a Proposição nº 029/98, que é o veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Paraná Previdência, Projeto nº 442/98. De acordo com a própria Ordem do Dia esse veto não passou pelo parecer da Comissão de Justiça.

Queremos saber qual o procedimento que a Mesa vai adotar para votar esse veto, sem a apreciação de Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

De acordo com o Artigo 215 do nosso Regimento Interno, o 1º Secretário fará a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

(Lê): Artigo 215: “Os projetos devolvidos na Assembléia, com veto total ou parcial do Governador serão distribuídos à comissão competente, segundos os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º - Com parecer ou sem ele, se a comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado, incluído na Ordem do Dia.

§ 2º - O projeto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.”

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Entendi as razões dispostas no Capítulo 5º, nos projetos vetados, mas acho que não é necessário transgredir o Regimento da Assembléia no que diz respeito à constituição de suas comissões e, em especial, a Comissão de Justiça, que é sem dúvida nenhuma a principal e mais importante comissão dos Deputados da Assembléia Legislativa.

Ocorre, Senhor Presidente, que o projeto foi protocolado no dia 08. Temos prazo suficiente; a Comissão de Justiça não foi instalada. E se a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado ou esta Presidência assim entender, de mesmo sem a instalação da CCJ levar o Veto à discussão no Plenário da Assembléia, cabe ainda uma outra possibilidade que é a transformação de Comissão Geral. Para isso, preciso que 1/3 dos Deputados ou o Colégio dos Líderes apense um requerimento a V.Exa., com prazo de 24 horas, para que o Veto seja apreciado em Plenário.

Não vejo motivo por que a Assembléia, no afogadilho, votar o Veto, mesmo porque há tempo hábil. O protocolo é do dia 08, temos 10 dias ainda para apreciar o Veto. A CCJ não foi instalada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa comunica ao Deputado Vanhoni e aos demais Deputados, que esta matéria chegou na Casa no dia 30 de dezembro de 1998. A Assembléia funcionou com suas Comissões durante mais de 10 dias, e, portanto, Deputado, a Questão de Ordem de V.Exa. não procede.

Vai se proceder à Chamada Nominal dos Senhores Deputados, para votação da matéria.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Presidente, V.Exa. não colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

V.Exa. está com a palavra.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Vanhoni aborda com muita propriedade: e este projeto não passou pela Comissão de Justiça. Não sei por que a pressa para tentarmos votar este Veto, porque me lembro, Senhor Presidente, em dezembro, quando votamos o Paraná Previdência, fazíamos um apelo à Liderança do Governo e a V.Exa., para que não corrésemos, procurássemos nos adiantar quando o Governo Federal ainda não tinha votado o problema dos inativos dos funcionários públicos a nível nacional.

Nesta tribuna, dizia que o Governo do Estado poderia muito bem esperar o Governo Federal tentar votar no Congresso Nacional, para depois esta Casa aprovar o Paraná Previdência. Mas, não sei a pressa do Governo, se o Governador Jaime Lerner queria vender outra idéia ou levar como sua bandeira de luta a nível nacional, lançando sua candidatura à Presidência da República e pegando como prioridade o problema dos inativos e dos funcionários públicos a nível nacional.

Talvez eu, como paranaense, que sempre tive a vontade de votar num paranaense, de ver um Presidente da República paranaense, não quizesse que o Governador Jaime Lerner levasse essa bandeira sua, do Paraná, a nível nacional, para “matar” todos os funcionários públicos federais, inativos e ativos, partindo do nosso Estado, trazendo essa bandeira sua para os outros Estados. O carro-chefe do Governador Jaime Lerner tem sido a divulgação - e a imprensa do Paraná tem dito. Ele viaja o Brasil inteiro e leva a bordo o Secretário Renato Follador, que diz que os funcionários, depois dos 70 anos, ainda estão bem de vida.

A imprensa paranaense e até nacional divulgou, quando ele disse que o funcionário quando chega aos setenta anos já estando aposentado, e aí sim, vai gozar a vida. Ele pode comprar roupas, porque já encaminhou seus filhos, está na plenitude da sua força física, na opinião dele, porque sabemos que a média de vida do cidadão brasileiro é muito menor do que os setenta anos. E ainda mais, o Secretário de Previdência do Estado, diz e apresenta uma alternativa depois do veto do Sr. Governador, dando trezentos reais aos aposentados com mais de setenta anos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Dr. Nagib Ched, companheiro, funcionário, um dos precursores da Imprensa Paranaense, que nos honra com sua presença em nossas galerias aos oitenta e oito anos de vida, não comunga com a opinião do Scretário Renato Follador. Não podemos aceitar que um funcionário público, depois dos setenta anos de idade, pela proposta nova do Governo, quer dizer, fazendo ver ainda que a lei que está em vigor hoje, que foi de nossa autoria, que o Governador na

época Jaime Lerner poderia ter o poder do Veto, não o fez, nem sancionou, nem vetou; devolveu a esta Casa, para que esta Casa, com o espírito público que tem, principalmente a figura do nosso Presidente que é um homem humano, de sentimento, sofrido na sua vida, porque foi vítima da revolução que o cassou, quase o baniu do Paraná, o torturou. O Deputado Anibal Khury, não teve dúvidas em promulgar aquela mensagem, aquela lei que encaminhávamos ao Palácio Iguaçu, para que o Governador dissesse sim; ou dissesse não! Mas como aqui se decidem as coisas, não se enrola, Srs. Deputados, que hoje foram recebidos no Palácio Iguaçu, principalmente os mais novos, talvez possam ter ficado felizes e satisfeitos com a acolhida do Sr. Governador, que nesta hora, difícil os convocou lá.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Peço licença ao Deputado Annibelli, para em companhia do Deputado Rubens Bueno, o Senador Roberto Freire, irá cumprimentar os Senhores Deputados.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

O Senador Roberto Freire foi meu colega, Deputado Federal em Brasília, quando enfrentávamos as baionetas da Revolução maldita de 31 de março, em que V.Exa. foi cassado. Por isso é uma honra interromper este pronunciamento, para cumprimentar um homem da bravura e da dignidade de Roberto Freire ao lado de Rubens Bueno.

(**Aplausos**)

(**Suspensa a sessão**)

O SR. ANIBAL KHURY

Convido, com muita honra, o Senador Roberto Freire para fazer uso da palavra nesta Casa.

O SR. ROBERTO FREIRE

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Para mim é uma honra falar neste Plenário. Agradeço a liberalidade do Presidente por ter me concedido.

Já falei desta tribuna não em sessão do Legislativo, mas em reunião política partidária, outro momento em que o Brasil e o mundo viviam outra realidade, tínhamos os nossos valores que são os mesmos, mas concepções políticas tivemos que mudar. Tivemos a coragem de fazê-lo. Não foi fácil. Na reunião que aqui tivemos o velho Partido Comunista Brasileiro discutíamos em torno de uma perspectiva, de um referencial. Já naquela oportunidade sem muito futuro, embora pensássemos que, com toda as mudanças que lá ocorriam na União Soviética, pudéssemos ter mais que uma sobrevida, renovar um sonho de se construir uma sociedade mais justa, não deu. Fomos derrotados. Equívocos, erros cometidos naquela experiência, marcantes do Século XX, mas, evidentemente, incapaz de oferecer perspectiva de ser contemporâneo do Século

XX. Ali se colocava como necessário da revisão de toda uma concepção de entender a questão da democracia, valor universal, por nós completamente esquecido, ou subjulgado a uma outra concepção. Naquela reunião, lembro-me bem, já começávamos a discutir a mudança. E ela tinha que ser profunda. Não era a mera autocrítica que costumávamos fazer. Era algo que significasse um novo ente partidário, uma nova formação política que incorporasse o que a Esquerda, à nível mundial, já tinha colocado, inclusive como crítica à nossa atuação, nossa concepção e vivência.

O PPS - Partido Popular Socialista - surgiu dessa ruptura. E foi uma efetiva ruptura, embora também continuidade dos valores, do sonho, da utopia. Mas a ruptura caracterizava-se por entender que a Esquerda tinha que incorporar a democracia, talvez com um novo nome de socialista. Que a Esquerda tinha que entender a profunda evolução que o Mundo enfrentava, chamamos de Revolução Científica Ecológica. Tornando realidades virtuais, criando um mundo novo, apontando cenários futuros inimagináveis. E, fundamentalmente, colocando uma questão que para nós nada de inédito seria, que era o processo da globalização. Nome dado, talvez, a novos fenômenos que antes não existiam, mas que o processo regional já tinha sua presença na história da humanidade, que era o processo de integração e de internacionalização, portanto, nada de estranho, daí esta postura que o Partido teve de entender esse novo tempo, de entender a necessidade de pensar no Brasil, reformas, não apenas nas estruturas sociais, mas reformas fundamentalmente nas instituições, entre elas o próprio estado brasileiro e a capacidade de dialogar, com todas as forças, aberto para o pluralismo da sociedade brasileira. Sabendo que teríamos que nessa nova formação não sermos um corpo doutrinário não sermos um corpo fechado, não imaginarmos sermos o único, que infelizmente durante muito tempo fizemos, sermos nós o dono da verdade.

Essa abertura que o Partido propôs, foi algo que nos trouxe grande temores. O primeiro momento, o medo de ter colocado em risco uma história, que para todos nós muito honrosa e creio que digna para o povo brasileiro, com todos seus equívocos e erros.

Essa mudança nos trouxe o trauma e perdas, pequenos que éramos, nanicos nos transformamos. Não sabíamos bem aonde íamos chegar, mas sabíamos que não podíamos ficar aonde estávamos.

Creio que hoje, a satisfação de voltar a este Plenário, e volto para falar numa sessão da Assembléia Legislativa do Paraná, mas volto também por um evento político: Político-Partidário.

Estou aqui em Curitiba, porque hoje ingressou no Partido uma liderança que conheci quando Deputado Federal, na época PMDB caminhando para o PSDB, imaginando construir uma alternativa social democrática para o país. Projeto que na sua origem atraía, inclusive, a nós do PCB, e depois do PPS, como uma alternativa no campo democrático de esquerda,

para tentar ser a alternativa de poder no Brasil, com a outra aliança, chamamo-las de centro-esquerda, para se contrapor à aliança de centro-direita que governa o Brasil.

Esse Deputado, depois Secretário de Estado e depois Prefeito da sua cidade Campo Mourão. Esse Deputado recém eleito, já de há muito conversando sobre a alternativa que pretendíamos criar, resolveu ingressar no partido Popular Socialista. E minha presença aqui em Curitiba, foi para exatamente instalar a Comissão Executiva Provisória do Estado do Paraná, sobre a Presidência desse companheiro Deputado Rubens Bueno.

É um evento partidário, é um evento político, é um evento que não é importante apenas para nós, é importante para o Paraná, e não tenho dúvida, pela liderança emergente que ele tem terá significado que simbolizará um crescimento dessa alternativa que o PPS pretende de uma esquerda democrática com capacidade de apresentar alternativas de poder no Brasil.

Estamos tentando, aberto ao diálogo, com a visão clara que o pluralismo da sociedade brasileira, não dá direito a nenhum partido imaginar que sozinho poderá nos governar, ter a capacidade de diálogo com todas as forças e abertos para construir exatamente na vigência de um estado democrático algo que é básico para qualquer utopia, para qualquer sonho, porque ele dá condições e que cada um tenha a sua utopia, o seu sonho, e possa a sociedade definir qual delas vai escolher.

É nesse sentido que eu queria agradecer a vocês, dizer da minha satisfação, uma satisfação evidentemente muito maior do que aquela outra oportunidade, porque ali tínhamos o sentimento da perda, hoje estamos com o sentimento do ganho e continuamos com o sentimento do ganho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Temos a satisfação de acolher a presença do Senador e dizer a Sua Excelência que o Paraná é um Estado fértil em homens dignos e Vossa Excelência fez uma belíssima aquisição levando para o seu Partido um dos homens que representam bem o pensamento paranaense, o Deputado Rubens Bueno.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

Com a palavra o Deputado Antonio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Enquanto há vida, há esperança”. O Senhor Roberto Freire foi o nosso colega, Deputado Federal em 1978, pela legenda do MDB, quando no Brasil existia o bipartidarismo, ARENA e MDB. Depois com a criação de novos partidos, o Senador seguiu o seu rumo representando Pernambuco, e hoje mais uma vez nos encontramos. Ele, tendo passado pelo PC do B, comugnado com

as idéias do PMDB, mas saindo pela tangente do governo que aí está, um governo que privatiza, dá concessões às multinacionais, e acaba o empresariado paranaense, o empresariado brasileiro, levando a falência, concordata, ao campeonismo do desemprego, e isto faz bem a nós ouvirmos uma palavra de um homem de liderança nacional, que vem ao nosso Parlamento, para lembrar um pouco da sua história, e dizer o que nós estamos fazendo nesta tribuna é alertando os nossos colegas Deputados do PFL, do PTB, dos partidos que apoiam o Governo.

A independência do Poder Legislativo no Brasil e no Paraná é a maior característica que podemos ter, Senhores Deputados. Divergimos, mas nos somamos nas horas difíceis, nas horas em que temos que decidir, ou para escolher uma sigla, ou para fazer um voto, e graças a Deus o voto é secreto, tanto nas eleições de Vereador, Prefeito, Deputados Federais, Presidente da República. Erramos muitas vezes. Votei em Ciro Gomes e pedi voto a ele, o partido do nosso Senhor Roberto Freire.

Mas, pedi voto a ele, depois de ter sido companheiro do PSBD, porque via na Social Democracia, tendo desviado para a centro-direita.

E hoje, Senhores Deputados, vamos dar uma prova, vamos enfrentar a máquina do governo. Mas resistindo heroicamente porque temos, talvez poucos aposentados nesta Casa, mas gente que defende a bandeira da Constituição, da liberdade, da democracia, a bandeira daqueles que têm esperança do amanhã, pode ser que tenhamos uma idade avançada, e muitos já têm, ainda continuam sonhando. Não como o Secretário, que diz que “a pessoa depois dos 70 anos, está praticamente acomodada com a vida organizada”. E vem a proposta do governo que 300 reais, para quem tem 70 anos e está aposentando pode ser a euforia, pode ser a sobrevivência. Quem chegou aos 70 anos e está ganhando 300 reais, meus colegas Deputados, deve ter no íntimo uma frustração muito grande, depois de ter dedicado toda a sua vida ao trabalho, ao desenvolvimento do Paraná, um Estado grandioso, rico, de uma gente maravilhosa. Chegar ao fim da vida e ver que a sua frustração é muito maior do que aquilo que fez durante toda a sua existência.

E voltando ao almoço com o Governador, Senhores Deputados, recém-eleitos, podem ter ficado impressionados com o banquete ou com o atendimento do Governador, mas V.Exa. terão muitas decepções. Hoje Vs.Exas. foram chamados para almoçar, porque o governador tinha o interesse em acabar com os aposentados de 70 anos, pode ser que a sobremesa seja a consciência, a frustração desses milhares de mais de 10 mil funcionários públicos.

Queria fazer um apelo a V.Exas., vamos votar com consciência, com responsabilidade. Iremos, aliados às Bancadas de Oposição, o PT já ingressou no Supremo Tribunal Federal, iremos, com os pareceres que temos dos juristas, iremos derrubar e iremos devolver aos nossos funcionários a esperança daquele direito adquirido que até hoje eles têm.

Faço um apelo aos Senhores Deputados, vamos votar com consciência e com responsabilidade, pensando nas nossas famílias, naqueles que fizeram com que Vs.Exas. viessem para esta Casa, os aposentados, os aposentados rurais que ganham um salário-mínimo - 130 reais - que lutam quando o Governo Federal suspende a cesta básica, aqueles nossos irmãos no Nordeste, que vemos as favelas se encherem todo dia e serem esmagados pelas enchentes, pelos desastres, pela violência das ruas, da corrupção, do banditismo, crianças sendo mortas, em Londrina uma advogada, todo dia em São Paulo, no Paraná vemos assaltos, menores de 12 anos matando pai e família. Iremos - como vimos na Rede Paranaense esses dias o asilo Vila Esperança, os velhinhos abandonados por suas famílias, pedindo à população que levassem agasalho, roupa, gêneros alimentícios para que eles não morressem de fome, porque nem o Governo do Estado nem a Prefeitura de Curitiba davam atendimento àqueles velhos desamparados, com fome e abandonados pelos seus filhos, pelos irmãos, pela família. É isso minha gente, que nós precisamos.

Faço um apelo do fundo do coração, com nossa consciência cristã, Senhores Deputados que representam segmentos de religiões, não podemos defender, sermos católicos, evangélicos, protestantes, defendermos nas nossas igrejas, nas nossas orações, pedirmos a Deus pela população, quando a Campanha da Fraternidade fala no desemprego, na miséria, no abandono. Não podemos, senhores representantes do povo, de sã consciência, no voto secreto trocarmos o aposentado, o pobre, o abandonado, pelo almoço do senhor governador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares:

Vamos registrar, Senhor Presidente, a nossa posição de Bancada e creio que de Oposição, com referência, inclusive, à votação do Veto sem parecer das Comissões e sem Constituição Geral.

Senhor Presidente, veja que na citação do Artigo 215 que diz que o Veto deve ser apreciado em 10 dias, e V.Exa. cita a data de entrada do Veto nesta Casa e essa data foi o mês de janeiro. No mês de janeiro o Veto não foi objeto de convocação extraordinária e a Assembléia Legislativa estava em recesso no mês de janeiro, Senhor Presidente, Senhores Assessores da Mesa. E, o artigo 215 diz que os projetos devolvidos à Assembléia com veto total ou parcial do Governador serão distribuídos às comissões competentes que emitirão parecer dentro do prazo de dez dias. Mas, diz também no artigo 3º, que esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior que flui durante o recesso parlamentar, não conta tempo durante o recesso parlamentar o veto, portanto, como entrou em janeiro, no período do recesso, este veto não

contou durante este período. Reiniciado o trabalho da Assembléia, não instalada a comissão não flui o prazo das comissões também. Portanto, estamos votando o veto sem parecer de comissões, sem respaldo regimental.

Quero deixar isto colocado porque a nossa missão como Oposição é exatamente o questionamento das coisas que eventualmente possam acontecer em prejuízo das teses que defendemos.

Quero também ressaltar no dia de hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que temos sobre a mesa o pedido de registro nas Atas desta Casa, de uma matéria divulgada na "Folha de São Paulo" neste domingo, muito pertinente, do ex-Presidente do Banco Central Gustavo Franco, que coloca o risco da criação de fundos sem a devida precaução da sua total subsistência. Já disse aqui nesta tribuna, em pronunciamentos anteriores, que uma proposta de um Fundo de Pensão de uma reforma de previdência, é uma proposta que indiscutivelmente passa e conta com o apoio de todos aqueles que pensam numa máquina administrativa mais enxuta. Todos nós queremos que haja uma garantia ao aposentado do serviço público. Todos nós queremos que seja tratado com respeito o aposentado do serviço público que já deu a sua contribuição à máquina administrativa para o bem da comunidade como um todo. O que não podemos pensar como Fundo, seja única e exclusivamente na tentativa de adequarmos o Estado na Lei Camata que determina 60% dos gastos com pessoal.

Se pensarmos Fundo com adequação do comprometimento da Folha à Lei Camata, estaremos procedendo um Fundo para alguns governantes, mas, seguramente não estaremos fazendo um Fundo para o Aposentado. Porque hoje ou amanhã, um governante seja de que partido for, descumprindo a cobertura do Poder Público para com os Fundos ou vendo neles um recurso de recolhimento extraordinário, fará a captação deste recurso, como aliás tem feito a grande maioria das prefeituras no Paraná e no Brasil. Ao ver recursos do Fundo, inicialmente faz por empréstimo, depois manda uma Lei para a Câmara, extingue o Fundo e retoma a aposentadoria do servidor.

Isto, nesta Casa, nenhum dispositivo legal podemos encontrar, que não permita isto acontecer, porque pelo princípio de hierarquia de lei, pelo princípio legislativo, melhor, uma lei sempre poderá reformar uma outra e não é impossível que amanhã um governante venha alterar o Fundo ou sacar o recurso que está no Fundo.

Agora, a argumentação que nos dá, Deputado Valdir Rossoni, a assessoria do Governador Jaime Lerner, data vênha. Se votarmos o Fundo exclusivamente por ser contra os interesses da administração pública tudo bem. O interesse da administração pública nem sempre bate com o interesse do servidor público. Mas, a inconstitucionalidade forçada este parecer dizendo que o artigo 40 da Constituição Federal determina regimes próprios de previdência na manutenção de equilíbrio financeiro e atu-

arial. Ora, eu pergunto: se todos nós estamos cansados de ouvir a justificativa do Governador ir para Washington, foi para conversar com o Banco Mundial para um empréstimo na composição dos fundos deste fundo, mas então não estamos cuidando de nenhum tipo de cálculo atuarial, Deputado Bueno. Por que? Porque os próprios juros que estamos pagando estão sendo muito mais elevados do que o possível desconto que tenhamos que dar, Deputado Annibelli, para os aposentados com mais de setenta anos. Aliás, aposentado que não tem 70 nem 75 nem 60. Aposentado é aposentado.

Não se pode imaginar que uma lei possa beneficiar parte de pessoas. Seria um risco extraordinário que a legislação pudesse determinar castas. Respeito profundamente, Deputado Annibelli, a sua proposta que passou nesta Casa, pelo menos está vindo o veto respeitando até os setenta anos, mais de setenta anos que ganham 300 reais. Seja bem-vinda a isenção de 300 reais. Mas me contem os senhores, se nós pudermos daqui a pouco dar anistia para o taxista que ganha até não sei quanto, que o carro dele seja do ano tal, quer dizer, nós estamos fazendo uma lei que atinge parte. Aposentadoria não é teto salarial. Aposentadoria é tempo de contribuição. Quem contribuiu durante 35 anos ganhando 300 reais contribuiu durante 35 anos ganhando 300 reais. Quem contribuiu durante 35 anos e ganhava mil reais descontou sobre mil reais.

Portanto, não é uma questão de quanto ganha. É uma questão de direito adquirido de quem durante toda a sua vida muitas e muitas vezes, compulsoriamente teve o desconto em folha.

Então, acho que neste país que vivemos, de tantos gastos é possível que nós possamos dar aos poucos brasileiros que atingem a média de idade de 70 anos o direito de uma aposentadoria sem um a contribuição que durante todo o tempo de serviço ele fez. Não é favor. É direito. Não é o poder público que está abrindo mão como aqui se diz: vai perder tanto se der o desconto. Não é não, porque durante 35 anos arrecadou para fazer o fundo. A diferença que existe é que não estamos fazendo um fundo capitalizado com a contribuição do Servidor. Nós estamos fazendo um fundo capitalizado com a venda de patrimônio, com empréstimos externos e com o investimento dos aposentados que têm que contribuir.

Agora eu lhe pergunto: esta matéria tem que ter um cálculo atuarial? Tem que ter, Deputado Hermas. Mas e quando o Governo atrasa o recolhimento dele para com o Instituto do Servidor como sempre atrasou o pagamento do IPE? Não está atrapalhando o equilíbrio das contas desse fundo para pagar o servidor? E quando o governo não paga a parte do patrão nesse instituto de previdência não vai estar desvirtuando o cálculo atuarial?

Então fica aqui uma questão de consciência.

Acho que o nosso caminho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era só derrubarmos o veto no dia de hoje e a partir de amanhã que há uma nova mensagem do Governo aqui nesta casa para ser apreciada, inclusive para

repor dados que não podem ficar fora da lei. O veto do Governo sobre o artigo integral tirou até o prazo de funcionamento, deixou de revogar todas as leis que tem...

(Término do Tempo)

Para concluir, Sr. Presidente. Portanto, de qualquer forma mantido ou não o veto nós teremos que votar uma nova lei a partir de amanhã na casa sem dúvida alguma sobre o fundo de previdência. Vamos derrubar o veto e nesta nova lei do fundo de previdência num debate muito aberto, muito amplo poderemos chegar à conclusão de que o fundo possa se manter.

Olha aqui, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. Governantes, ninguém é mais interessado do que o fundo possa se capitalizar do que o servidor. Porque se o servidor trabalhar para que o fundo não se capitalize o risco de não receber aposentadoria no futuro é dele. O maior aliado dos fundos de previdência é exatamente o servidor. Agora o maior aliado de qualquer lei é a justiça e acho que justiça é a aposentado não recolher mais.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de fazer uma consulta à Mesa ou à Assessoria da Mesa: Qual foi o dia que terminou o prazo para a constituição das Comissões na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O prazo ainda está correndo, mas queria informar Vossa Excelência que a Assembleia funcionou do dia 16 de dezembro ao dia 16 de janeiro, as Comissões estavam constituídas, elas só foram e serão renovadas agora nesse novo período Legislativo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Mas o veto, Sr. Presidente, não era matéria da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A votação do veto tem uma modalidade especial, ela fala em dez dias, o Regimento Interno, não em dez Sessões, portanto está enquadrado no Regimento Interno.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sabe porque, Sr. Presidente, sou contra a proposta do Governo de manter o veto, questão de mérito. Acho que mérito é uma discussão que vamos discutir aqui no Plenário, o Governo terá a sua decisão, a Assembleia vai se pronunciar. O problema é o Regimento, estou entendendo que o Regimento está sendo transgredido. Acho que a única coisa que nos garante o exercício democrático do Poder Legislativo, mesmo para a minoria, é que o Regimento seja obedecido. Nem passou pela CCJ, então acho que está sendo de uma forma atropelada a votação deste veto no dia de hoje. Volto a dizer a Vossa Excelência que a interpretação que eu faço do Regimento

é que o Regimento é claro por uma situação de continuidade da Assembleia. O veto foi notificado para a Assembleia num período de recesso, num período de convocação extraordinária, foi protocolado no dia 08 de janeiro aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, as condições encerraram o prazo para a sua inscrição na sexta-feira, segundo o meu entendimento como as Comissões não estão formadas ainda, elas, a partir de sexta-feira começa a contar os dez dias corridos. Quer dizer, a Assembleia pode votar o veto amanhã, desde que diante de um outro artifício do próprio Regimento Interno 1/3 dos Srs. Deputados façam um Requerimento para votação do veto no dia de amanhã para a sua apreciação da sua Constitucionalidade ou não, e aí vota-se o mérito em seguida. Então, acho que a preservação do Regimento é algo que nós deveríamos abrir mão nesse sentido. Gostaria de ver se a Mesa Executiva, em função das ponderações do Deputado Caíto Quintana, e das quais eu faço agora reiteradamente, manter a decisão da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O protocolo que deu origem a entrada do veto foi no dia 05 Deputado. Portanto, decorreram do dia 05 ao dia 16 onze dias. Mantemos a decisão da apreciação do veto na sessão de hoje.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, vai a minha indignação porque as Comissões não tinham sido formadas e elas obedecem regras do Regimento, então faço uso da palavra para encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vossa Excelência pode fazer uso da palavra.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente e Senhores Deputados, o que assistimos hoje aqui de certa maneira é uma cena meio insólita, insólita porque o veto que vai ser apreciado diz respeito a cobrança de 8% do vencimento dos aposentados do Estado do Paraná, e por incrível que pareça eu não vi até agora, Sr. Presidente, nenhuma justificativa por parte do Governo para manutenção desse veto, nenhuma. E o que eu gostaria é que o Governo fizesse uso da palavra e debatesse com a sociedade, com o conjunto dos Deputados as razões do veto. As informações que tenho, Sr. Presidente, é que no almoço uma das coisas que foi discutido, e o que se prevê talvez com a alteração do Projeto da Lei de Previdência, são privilégios e benefícios para algumas camadas dos servidores públicos. Me desculpem, pode ser que eu esteja enganado, mas diz que a Mensagem do Sr. Governador que virá para cá, trata também que serão incluídos os cargos comissionados para levarem a sua comissão de cargo para a aposentadoria do fundo.

Este é o relato que tenho.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O projeto está na pauta de hoje e publicado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não o recebi, Senhor Presidente.

Mas, de qualquer maneira, o apelo que fazemos é que os Deputados derrubem este veto, que faz uma injustiça profunda aos servidores do Estado do Paraná. O Governo não consegue sustentar do ponto de vista da sua argumentação, a manutenção desse veto. Não há cálculo Atuarial nenhum.

A Assembléia Legislativa sequer foi informada da dívida que o Governo do Estado tem em relação ao Instituto de Previdência - não é nem aquilo que deixará de recolher, é a dívida que já existe hoje em relação ao IPE e que faz parte do fundo dos cálculos atuariais ditos pelo Senhor Renato Folador, apenas para os Deputados da situação - sequer foram enviadas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O lastro desse fundo de previdência seria de 70% das ações da COPEL.

Pelas informações que temos, Senhor Presidente, a COPEL, o Governo do Estado do Paraná tem um bilhão de reais já vendidos das ações da COPEL, retidos no BNDES - das suas ações ordinárias, não das suas ações preferenciais - que foram totalmente vendidas. Um outro montante das ações da COPEL serviram de lastro para o empréstimo do Banco do Estado do Paraná.

Então, do ponto de vista Atuarial não há nenhuma justificativa e nenhum documento fornecido à Assembléia Legislativa para que possam sustentar a manutenção de um veto como esse.

Cá entre nós, Senhores Deputados, cobrar 11% dos aposentados do Estado do Paraná, é na realidade tirar a possibilidade de que eles tenham um pouquinho de sobrevida na compra de remédio, única e exclusivamente, porque é a partir dessa idade da nossa vida, em que os graves problemas físicos acontecem com a maioria do nosso povo - não temos assistência médica.

O apelo que fazemos é que seja derrubado esse veto na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O Senhor 1º Secretário anunciará o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Os Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto, deverão se manifestar votando com as cédulas que contém a expressão SIM; os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contém a expressão NÃO.

Após ter feito a sua opção de voto, o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna, que se encontra sobre a mesa.

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que 28 Senhores Deputados votem NÃO, con-

forme previsão da parte final, do § 4º, do Art. 71 da Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a chamada nominal para a votação, pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)
(**Procede a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O Senhor 1º Secretário fará a leitura dos Deputados ausentes.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)
(**Leitura dos Deputados ausentes**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Votaram quarenta e oito Deputados.

Designo a seguinte Comissão Escrutinadora: Antonio Annibelli, Ademar Traiano, Valdir Rossoni, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães e Péricles Mello.

(**Apuração dos votos**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Votaram 48 (quarenta e oito) Senhores Deputados.

Vinte e nove (29) com a cédula SIM.

Portanto, mantido o veto.

Dezessete (17) com a cédula NÃO.

Dois (02) em branco.

Veto mantido.

O 1º Secretário fará a a leitura da composição das Comissões.

Os três Partidos menores devem eleger qual deles representará o membro da Comissão de Constituição e Justiça; se em 48 horas não decidirem, a Mesa vai sortear.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)
(**Procede à leitura da composição das Comissões**).

“Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Desta forma, indicamos o Deputado Basílio Zanusso, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Desta forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Desta forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de TURISMO.

Desta forma, indicamos o Deputado Elio Rusch para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de FISCALIZAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.

Desta forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de FINANÇAS.

Desta forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de ORÇAMENTO.

Desta forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de TOMADA DE CONTAS.

Desta forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de SEGURANÇA PÚBLICA.

Desta forma, indicamos o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Durval Amaral, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de REDAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de SAÚDE PÚBLICA.

Desta forma, indicamos o Deputado Hidekazu Takayama, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de MERCOSUL.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Desta forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Marcos Isfer, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos

representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de DIREITOS HUMANOS.

Desta forma, indicamos o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Hidekazu Takayama, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Hidekazu Takayama, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Elio Rusch, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Desta forma, indicamos o Deputado Nelson Garcia, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir determinação de Vossa Excelência, no que se refere à indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para compor a Comissão de TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró Guimarães, para o cargo de TITULAR e da mesma forma, indicamos o Deputado Cleiton Kielse, para o cargo de SUPLENTE.

Atenciosamente

Dep. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL”

“Ofício nº 004/99-Lid.do PSDB

Curitiba, 02 de março de 1999.

Senhor Presidente.

Cumprindo determinação desta Presidência, encaminho a relação dos Parlamentares da Bancada do

PSDB que participarão das Comissões Permanentes desta Casa, a saber:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:

Titulares:

1. Pastor Edson Prackzyc
2. Serafina Carrilho

Suplentes:

1. Antonio Carlos Baratter
2. José Maria Ferreira

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

- Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Titular:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

Suplente:

- Antônio Carlos Baratter

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Titular:

1. Pastor Edson Prackzyc

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES:

Titular:

1. Pastor Edson Prackzyc

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Titular:

1. Serafina Carrilho

Suplente:

1. Antônio Carlos Baratter

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

Titular:

1. Serafina Carrilho

Suplente:

1. Pastor Edson Prackzyc

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. José Maria Ferreira

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Titular:

1. José Maria Ferreira

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE TURISMO:

Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:

Titular:

1. Pastor Edson Prackzyc

Suplente:

1. José Maria Ferreira

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO:

Titular:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

Suplente:

1. Serafina Carrilho

COMISSÃO DO MERCOSUL:

Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. Luiz Fernando Litro da Silva

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS:

Titular:

1. Antônio Carlos Baratter

Suplente:

1. Serafina Carrilho

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo

Atenciosamente

JOSÉ MARIA FERREIRA

Dep. Estadual - Líder do PSDB

“Curitiba, em 08.03.99

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) nesta Casa, através de seu Líder abaixo assinado, vem, através do presente, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno (artigos 31 e 32) indicar os representantes da bancada nas respectivas comissões permanentes deste Poder Legislativo, conforme segue:

NOME DA COMISSÃO	DEPUTADO TITULAR	DEPUTADO SUPLENTE
Constituição e Justiça	Hermes Fonseca	Irineu Colombo
Finanças	Péricles Mello	Ângelo Vanhoni
Orçamento	Ângelo Vanhoni	Péricles Mello
Agricultura, Indústria e Comércio	Hermes Fonseca	Irineu Colombo
Obras Públicas, Transportes e Com.	Péricles Mello	Hermes Fonseca
Educação, Cultura e Esportes	Irineu Colombo	Péricles Mello
Terras, Imigração e Colonização	Irineu Colombo	Péricles Mello
Segurança Pública	Ângelo Vanhoni	Péricles Mello
Saúde Pública	Ângelo Vanhoni	Hermes Fonseca
Redação	Ângelo Vanhoni	Hermes Fonseca
Turismo	Péricles Mello	Irineu Colombo
Tomada de Contas	Hermes Fonseca	Ângelo Vanhoni
Ecologia e Meio Ambiente	Hermes Fonseca	Irineu Colombo
Fiscalização da Assembléia	Irineu Colombo	Hermes Fonseca
Mercosul	Irineu Colombo	Ângelo Vanhoni
Direitos Humanos e Cidadania	Péricles Mello	Ângelo Vanhoni

Sem mais para o momento,
Atenciosamente
PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
Líder da Bancada

Ofício nº 017/99

Curitiba, em 03.03.99.

Prezado Senhor

A finalidade do presente é informar a Vossa Excelência, como ficaram distribuídos os Titulares e os Suplentes das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme relação em anexo.

Sendo o que se apresentava para o momento, aproveito o ensejo para renovar-lhe meus votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,
ADEMAR LUIZ TRAIANO
Líder do PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Titulares

- 1.Carlos Simões
- 2.Algaci Túlio
- 3.Cezar Silvestri

Suplentes

1. Ademar Luiz Traiano

2. Valdir Rossoni

3. Carlos Alberto Richa

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular

Carlos Alberto Richa

Suplente

Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Luiz Accorsi

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

Ricardo J. Chab

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular

1. Ricardo J. Chab

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular

1. Cezar Silvestri

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular

1. Cezar Silvestri

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE TURISMO

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Carlos Alberto Richa

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular

1. Algaci Túlio

Suplente

1. Ricardo J. Chab

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular

Ademar Luiz Traiano

Suplente

Cezar Silvestri

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

1. Carlos Alberto Richa

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular

1. Carlos Simões

Suplente

1. Ademar Luiz Traiano

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular

1. Luiz Accorsi

Suplente

1. Ricardo J. Chab

COMISSÃO DE MERCOSUL

Titular

1. Ademar Luiz Traiano

Suplente

1. Algaci Túlio

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Titular

1. Carlos Alberto Richa

Suplente

1. Ricardo J. Chab

Ofício GL/PMDB nº 009/99

Curitiba, em 08.03.99.

Senhor Presidente.

Pelo presente, temos a satisfação de encaminhar em anexo, relação dos Deputados Estaduais do PMDB, para composição das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, conforme preceitua o artigo 29 do seu Regimento Interno e de acordo com a deliberação da reunião de bancada, realizada no dia de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) ORLANDO PESSUTI

Lider do PMDB

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
INDICAÇÕES DO PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

1. Nereu Moura

2. Waldyr Pugliesi

Suplentes

1. Edson Strapasson

2. Orlando Pessuti

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular

1. Orlando Pessuti

Suplente

1. Edson Strapasson

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular

1. Edson Strapasson

Suplente

1. Nereu Moura

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular

1. Ademir Bier

Suplente

1. Orlando Pessuti

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular

1. Edson Strapasson

Suplente

1. Ademir Bier

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular

1. Antônio Annibelli

Suplente

1. Edson Strapasson

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular

1. Nereu Moura

Suplente

1. Antônio Annibelli

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular

1. Edson Strapasson

Suplente

1. Ademir Bier

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular

1. Ademir Bier

Suplente

1. Orlando Pessuti

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular

1. Antônio Annibelli

Suplente

1. Waldyr Pugliesi

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Titular

1. Antonio Annibelli

Suplente

1. Waldyr Pugliesi

COMISSÃO DE TURISMO

Titular

1. Ademir Bier

Suplente

1. Antonio Annibelli

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular

1. Orlando Pessuti

Suplente

1. Edson Strapasson

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular

1. Waldyr Pugliesi

Suplente

1. Ademir Bier

COMISSÃO DO MERCOSUL

Titular

1. Nereu Moura

Suplente

1. Ademir Bier

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Titular

1. Waldyr Pugliesi

Suplente

1. Nereu Moura

GABINETE DA LIDERANÇA DO PARTIDO
PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB

Curitiba, em 02.03.99.

Senhor Presidente.

Venho pelo presente passar a Vossa Excelência a relação dos nomes dos parlamentares do nosso Partido, que farão parte das Comissões Permanentes desta Casa, neste período legislativo:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

1. Cesar Seleme

2. Duílio Genari

Suplentes

1. Tony Garcia

2. Fernando Ribas Carli

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular

1. Duílio Genari

Suplente

1. Fernando Ribas Carli

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular

1. Fernando Ribas Carli

Suplente

1. Tony Garcia

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular

1. Divanir Braz Palma

Suplente

1. Tiago Amorim

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular

1. Divanir Braz Palma

Suplente

1. Duílio Genari

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular

1. Cesar Seleme

Suplente

1. Tiago Amorim

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular

1. Divanir Braz Palma

Suplente

1. Tiago Amorim

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular

1. Tiago Amorim

Suplente

1. Fernando Ribas Carli

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titular

1. Fernando Ribas Carli

Suplente

1. Divanir Braz Palma

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular

1. Cesar Seleme

Suplente

1. Duílio Genari

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular

1. Duílio Genari

Suplente

1. Cesar Seleme

COMISSÃO DE TURISMO

Titular

1. Tiago Amorim

Suplente

1. Cesar Seleme

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular

1 -Divanir Braz Palma

Suplente

1 - Tiago Amorim

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Titular

1. Duílio Genari

Suplente

1. Tony Garcia

COMISSÃO DO MERCOSUL

Titular

1. Fernando Ribas Carli

Suplente

1. Cesar Seleme

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Titular

1. Cesar Seleme

Suplente

1. Tiago Amorim

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração.

Atenciosamente

(a) TONY GARCIA

Líder do PPB

Ofício N° 101/99

Curitiba, em 03.03.99.

Senhor Presidente.

Ao cumprimentá-lo, temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência as indicações do PDT (Partido Democrático Trabalhista) para as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme entendimentos prévios estabelecidos de acordo com a representação proporcional das respectivas Bancadas e em vista o consenso entre os Parlamentares Pedetistas.

Sendo o que se apresentava para o momento e certos da atenção, aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Excelência votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) EDGAR BUENO

Líder do PDT

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÕES DO PDT:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular:

1. Moysés Leônidas

Suplente:

1. Edgar Bueno

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular:

Edgar Bueno

Suplente:

Moysés Leônidas

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular:

1. Luiz Carlos Zuk

Suplente:

1. Moysés Leônidas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular:

1. Edgar Bueno

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular:

1. Moysés Leônidas

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular:

1. Edgar Bueno

Suplente:

1. Moysés Leônidas

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titular:

1. Edgar Bueno

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Titular:

1. Moysés Leônidas

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular:

1. Luiz Carlos Zuk

Suplente:

1. Moysés Leônidas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular:

1. Edgar Bueno

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE TURISMO

Titular:

1. Moysés Leônidas

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular:

1. Edgar Bueno

Suplente:

1. Moysés Leônidas

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Titular:

1. Luiz Carlos Zuk

Suplente:

1. Moysés Leônidas

COMISSÃO DO MERCOSUL

Titular:

1. Luiz Carlos Zuk

Suplente:

1. Moysés Leônidas

COMISSÃO DOS DIREITOS E DA CIDADANIA

Titular:

1. Edgar Bueno

Suplente:

1. Luiz Carlos Zuk

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão)

Era isso, Sr. Presidente.

Por solicitação do nosso 2º Secretário, Deputado Augustinho Zucchi, anunciamos a presença dos Vereadores de Pato Branco: Nelson Bertani, José Odir e Vereador

dor Ênio (Leitura do Projeto de Emenda Constitucional subscrito pelo Deputado Irineu Colombo).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Emenda recebida. Será publicada em avulso. Figura na pauta, em 1ª sessão, Projeto de Lei nº 43/99.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar a V.Exa., neste projeto Paraná Previdência que se encontra em pauta, que esclarecesse ao Plenário se este projeto constará das demais 3 sessões como manda o regimento para que V.Exa. marcasse a votação para que todos os Deputados pudessem estar atentos e não faltassem no dia da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O regimento interno determina que um projeto desta natureza, em regime de urgência, sem parecer figure na pauta por 3 sessões. Então, ela figura hoje, amanhã e depois de amanhã. Marco a votação deste projeto para a sessão de 2ª feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã quando serão organizadas as Comissões. Os auxiliares da Mesa publicarão em avulso todos os componentes das comissões compostas. Faço um apelo aos 3 partidos menores que ainda não indicaram o membro da comissão de justiça, que o façam em 48 horas, senão a Mesa procederá o sorteio entre os partidos.

ORDEM DO DIA:

Composição das Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 10/99

prorrogar, a disposição funcional, da servidora deste Poder Legislativo, SIMONE SALLES BELINATI, para continuar prestando serviços na COHAB-CT, sendo a cedência sem ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1999.

(Prot. nº 955/99)

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.02.99.

PORTARIA Nº 11/99

colocar, a disposição da Câmara Municipal de Curitiba, para prestar serviços junto ao Gabinete do Vereador João Claudio Derosso, a servidora deste Poder Legislativo, ANGELA BARK, a partir de 01.02.99 à 31.12.99, com ônus para a Câmara Municipal de Curitiba.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.02.99.

PORTARIA Nº 12/99

colocar, a disposição do Poder Judiciário, o servidor deste Poder Legislativo, DOUGLAS BITTENCOURT LOPES DA SILVA, para prestar serviços junto a Direção do Forum da Comarca de Fazenda Rio Grande, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 1999.

(Prot. nº 1681)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.03.99.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral